

*Fascínio Oriental
e Exílio Timorense*
O 'Diário
de uma
Viagem
a Timor
(1882-1883)'
de Maria Isabel Tamagnini

IVO CARNEIRO DE SOUSA*

Raros são os textos e memórias históricas de Timor Leste escritos durante o seu longo período colonial.¹ Ainda mais raros quando se vai caminhando para trás no tempo ao encontro de uma estranha colónia portuguesa, longínqua, desprezada, terra mais de exílio do que de realização. Os esforços para criar uma administração colonial abrangendo a totalidade dos espaços orientais de Timor são tardios, mobilizando-se com as guerras de Manufahi, entre

* Doutor em Cultura Portuguesa e Agregado em História. Professor do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, coordenando o Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Estudos Asiáticos. Actualmente é investigador-coordenador do Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático (CEPESA), desenvolvendo investigação sobre a história e antropologia religiosas da presença portuguesa no Sudeste Asiático, tendo publicado vários livros e artigos nestes domínios de especialização científica.

PhD in Portuguese Culture and Aggregate Lecturer in History, Lecturer in the History Department, Oporto University Arts Faculty coordinating the Integrated Post-Graduate Studies Course in Asian Studies. Currently, he combines a position as coordinator of the Portuguese Centre of Studies on Southeast Asia (CEPESA), with research on the religious history and anthropology of the Portuguese presence in Southeast Asia. Author of several books and articles in this specialist field.



1913 e 1914,² mas apenas surgem poderes e instituições coloniais eficazes e profissionais na segunda metade do século XX, após a dramática ocupação do território timorense pelo exército imperial japonês na Segunda Guerra mundial. Em rigor, a atenção metropolitana pela sociedade e economia de Timor Leste apenas cresce e especializa-se nas décadas de 1960 e 1970, nesta altura já em estreita comunicação, entre estratégias defensivas e ideários desenvolvimentistas, com o aparecimento de movimentos e oposições nacionalistas nessas colónias que, da África ao Oriente, a teimosia de um regime fechado e autoritário não permitiu que se pudessem descolonizar pacificamente, salvaguardando aspectos fundamentais da presença portuguesa, da cooperação económica ao património cultural.

A história recente de Timor Leste não se afasta também de um contexto difícil, cada vez mais agitado em muitos textos e ensaios, mas infelizmente ainda pouco estudado pela investigação científica. Em contraste com a quase abundância de literatura e ensaios políticos actuais conhecem-se de forma deficiente os

tempos e modos da colonização portuguesa entre os primeiros contactos comerciais, ainda no século XVI, e as primeiras décadas do século XX, períodos geralmente perspectivados, entre justificação e apologética, por uma historiografia demoradamente dominada pelos próprios actores da ordem colonial, dos governadores aos chefes militares. É por isso que se torna especialmente importante recuperar outras memórias que permitam alargar as perspectivas e informações acerca dessa quase perdida colónia de Timor. Encontra-se nessa rara colecção de memórias esclarecidas e singulares o *Diário* oitocentista manuscrito que, navegando lugares da memória entre Singapura e uma demorada estada em Díli, foi escrito pela jovem Maria Isabel d'Oliveira Pinto da França Tamagnini, na altura entre os 20 e 21 anos de idade. Nascida em 1861 em casa dos seus avós, Maria Isabel era filha de Salvador d'Oliveira Pinto da França e de Maria Bernardina da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa.³ Oficial do Estado Maior, o seu pai faleceria aos 44 anos, casando mais tarde novamente a sua mãe com o seu cunhado Bento da França Pinto d'Oliveira.

Recentemente publicado, este *Diário* de uma viagem de Lisboa a Timor, em 1882-1883, é um texto tão raro como interessante, restando como o único testemunho documental directo da viagem e acção do novo governador de Timor, o já então Major Bento da França,⁴ padrao da autora, e das catorze pessoas que, entre família e criados, o acompanharam numa missão que não duraria mais de um ano em terras timorenses. Infelizmente, o *Diário* encontra-se hoje incompleto, tendo-se perdido o caderno manuscrito em que se anotava a viagem entre Lisboa e Singapura, a cidade colonial em que começa o nosso texto, quase abrupta mas saborosamente, em Março de 1882. Uma leitura panorâmica desta obra manuscrita permite perceber também que, conquanto adopte as estratégias de escrita próprias de um *Diário*, o texto não se foi escrevendo quotidianamente, tendo-se organizado em vários períodos de reflexão escrita e memorial.

Investigando os três cadernos manuscritos actualmente preservados (cadernos II a V), consegue-se facilmente fixar as principais tendências e cronologias da escrita. Assim, um primeiro conjunto disperso, mas demorado, de anotações dedica-se a Singapura em 26 e 29 de Março de 1882, a que se soma uma longa sequência de apontamentos que, redigidos quotidianamente, de 31 de Março a 6 de Junho,

especializam uma visita deslumbrada da cidade fundada por Raffles, observando diferentes temários sociais e culturais que ajudam a reconstruir o fascínio oriental que invade o texto. A seguir, em 9 e 10 de Abril, o *Diário* reabre-se para registar a viagem marítima até à capital das Índias Orientais Nearlandesas, a grande Batávia, cidade pormenorizadamente descrita em textos sequenciais estendendo-se de 11 a 14 de Abril. Novos registos escritos encontram-se datados de 15 e 16 de Abril para apontar a navegação pelo mar de Java em direcção a Surabaya, cidade rapidamente recordada em textos fixados em 18 e 19 desse mês. Novos apontamentos redigidos diariamente entre 20 e 24 de Abril anotam a continuação da viagem pelo mar das Celebes e a chegada a Macassar, descrita em notas continuadas entre 25 e 27 de Abril, quando se inicia a fase final da navegação pelas Pequenas Sundas, convocando, em 29 de Abril, apontamentos espreitando uma paragem em Bima, na ilha de Sumbawa e, em 30 de Abril, algumas anotações sobre Larantuka, na ilha das Flores. Faltam, seguidamente, duas ou três páginas provavelmente dedicadas à chegada a Timor, cuja demorada estada de pouco mais de um ano não parece ter mobilizado a prosa diária de Maria Isabel Tamagnini, muito menos a sua atenção intelectual e crítica, faltando em fascínio o que sobra em exílio. Com efeito, frequentam-se somente registos esparsos, paulatinamente distanciados na cronologia e na intensidade: as primeiras notas escrevem-se irregularmente, com datas de 6, 11, 14, 18, 22 e 28 de Maio; outros apontamentos tomam-se em 2, 4, 9 e 18 de Junho; o *Diário* salta, em seguida, cada vez mais dispersa e desinteressadamente, para 2 de Julho e 1 e 3 de Setembro; depois, após três dramáticos meses de intervalo, a escrita é retomada apenas em registo singular realizado em Díli, já em 6 de Janeiro de 1883, prelúdio para uma colecção de apontamentos progressivamente mais quotidianos e interessados da viagem de regresso à Europa que, aberta em apontamento de 21 de Junho, resolve reconstruir um itinerário diário sequencial em que, brevíssimos apontamentos seguidos (“agora vou contar o que se passou durante a viagem...”) ⁵ de 3 a 13 de Junho, depois de 15 a 20 e em 25 de Junho, recordam a navegação por Banda e Menado, o retorno em 30 do mesmo mês a Singapura, fixando-se ainda, em notas de 1, 25, 29 de Junho e 5 e 10 de Agosto um extraordinário percurso por Colombo, Aden e Itália voltando a excitar tanto o fascínio oriental

LITERATURA

como o aliviado regresso à sociabilidade europeia da época. Não existe, por fim, um encerramento formal do texto manuscrito, mas apenas anotações da chegada a Lisboa e do acolhimento familiar. Organizando estes dados, sublinhe-se que a obra apenas se comporta rigorosamente como um *Diário* nos apontamentos escritos sobre Singapura, Batávia e nas notas dedicadas à viagem de regresso à Europa, entre Junho e Agosto de 1883. Todas as outras lições mais ou menos longas que completam o *Diário* apresentam um registo descontínuo, convocando diferentes expressões culturais e psicológicas da ordem da escrita privilegiada por Maria Isabel Tamagnini, concorrendo para justificar a escassa mobilização narrativa suscitada por esse difícil ano de vida em Díli. Apesar destas descontinuidades e instabilidades, o *Diário* esclarece um plano geral de escrita que se vai confessando ao longo das suas páginas, como acontece nesta reveladora comunicação:

“Estive em dúvida se havia de pôr isto aqui receando que por um acaso pudesse alguém ler estas linhas e dizer lá de si para si, olha como ella é tola! Mas como tenho quasi a certeza que isto não há-de acontecer e como só faço este jornal para mais tarde me divertir a lê-lo às minhas primas e íntimas amigas, a quem prometti contar tudo, tudo o que se passasse durante a minha viagem, resolvi-me a contar aqui este notabilíssimo acontecimento.” [48]

Esta sincera confissão não deixa de funcionar como uma espécie de aproximação a um prólogo que, tendo provavelmente existido entre retórica e colóquio no perdido caderno inaugural, procura justificar tanto a ordem da escrita como a ordem do seu consumo: texto assumido como “jornal”, no sentido memorial de jornada, a sua direcção remete para um auditório restrito (“minhas primas e íntimas amigas”) familiar e de amizade que se procura convocar através da alteridade da viagem e do exotismo dos seus acontecimentos: um texto de “divertimento”, como esclarece competentemente o Embaixador António Pinto da França na cuidada

introdução à edição deste manuscrito da sua tia-avô.⁶ O “divertimento”, tanto como exercício de escrita quanto como registo factual, percorre o *Diário* que privilegia, assumidamente, mais uma escrita de impressões e excitações do que programas de descrição, cronística ou ensaísmo. Existem, é certo, algumas descrições interessantes que, da paisagem à antropologia, interessa investigar neste texto e nos seus contextos, mas é um registo coloquial, quase impressionista, que predomina. Algo estranhamente próximo de uma pintura impressionista de finais do século XIX: pinta-se desfocadamente com cores fortes e quentes uma paisagem outra, admirada mas não estudada, dominando, no fundo, uma impressão elitária, naturalmente etnocêntrica, vazada em texto crítico frequentando equilíbrios espreados entre o intimista e o moralizante.

As ilusões de uma perseguida atracção orientalista sonhada no começo desta viagem vão-se perdendo depois de se abandonar Singapura, Jacarta ou Surabaya, impondo a viagem pelas Pequenas Sundas a inevitabilidade de uma chegada a um território que se “sabia”, com anterioridade, perdido para a *civilização*: Timor Leste é uma terra de exílio, uma espécie de catársica expiação para a consolidação de uma árdua caminhada ascendente nas hierarquias do poder colonial com projecção nessa outra hierarquia que verdadeiramente contava, a dos corredores governamentais de Lisboa. Não foi feliz, no entanto, a aventura familiar e política do major Bento da França que confiava à sua difícil missão de governador de Timor oportunidades bastantes para tentar melhorar a situação económica da extensa família a seu cargo. Padrasto da autora deste *Diário*, este governador colonial abandonaria rapidamente as suas funções, amargurado com a perda brutal de dois filhos vitimados pela terrível malária de Timor, cansado pela hostilidade da administração portuguesa de Macau (“Depois d’isto os desgostos do Tio Bento por causa do Governador de Macau, Graça, que parece está de propósito firme de reprovar tudo quanto o Tio lhe



LITERATURE



Batávia – Esplanada.

propõe” [63]) e minado pelas muitas intrigas que circulavam no pequeníssimo meio colonial de Díli (“Tio Bento e Bento continuam com bastante trabalho por trinta mil coisinhas que dão que fazer, muitas intrigas, faz nojo. É bem difícil o Governo” [51]). Restaria a carreira colonial do seu enteado, irmão de Maria Isabel Tamagnini, que prosseguiria acção importante no governo colonial de Macau, registando mesmo em livro impressivo e informado a sua aventura macaense e timorense.⁷

Deve ainda aproximar-se a leitura deste *Diário* da frequência continuada de uma prática epistolar que, como emissão e recepção, pauta a cultura da escrita e da leitura da sua autora. A organização, o formato e muitas das principais características estilísticas deste *Diário* remetem directamente para o discurso epistolar, podendo mesmo entender-se o texto como uma colecção de “cartas” dirigida a esse público familiar e de amizade que, restrito e culto, se procura informar com cumplicidade. Por isso, o próprio *Diário* encontra-se invadido pelo prestígio e urgência da comunicação epistolar, absolutamente vital na estabilidade cultural e psicológica de Maria

Isabel Tamagnini que encontrava no envio e recepção das suas cartas momentos fundamentais de regresso a essa “civilização” que estruturava o seu sistema de valores:

“mandei umas poucas cartas para Lisboa. Temos dado sempre notícias, mas infelizmente ainda não tivemos carta nenhuma da nossa terra, é bem triste passar sem ter novas das pessoas que nos são charas. [...] Foi grande a alegria que senti quando vi estas queridas cartas, letras de pessoas tão charas e que estou certa me estimam deveras. Senti grande alegria em ler as boas palavras que todos me dirigiam, as lágrimas rebentavam pelos olhos à medida que ia lendo uma e outra...” [10]

Em termos mais complexos, a comunicação epistolar permite também recordar as condições culturais da viagem nas décadas finais do século XIX quando, privadas dos meios de comunicação quase imediatos dos nossos dias, as informações circulavam lentamente seguindo o ritmo longo e transoceânico do “vapor” ou a rotina continental do caminho-de-ferro. Em qualquer dos casos, impunha-se a comunicação de um correio lento, muitas vezes atrasado, transportando notícias com

LITERATURA

vários meses de ocorrência, como frequentemente se assinala nos diferentes apontamentos deste *Diário* acolhendo notícias epistolares de eventos familiares com mais de meio ano de vida, situação, apesar de tudo, optimista face às enormes dificuldades em fazer chegar correio regular a a Díli (“No dia 15 chegou aqui um vapor hollandez, mas era extraordinário e partiu no dia 16 à noite, levou cartas nossas para Lisboa. Nós não tivemos notícias, pois o vapor vinha das Molucas e agora só poderemos ter notícias dos nossos lá para os meados do mês que vem, é bem triste mas paciência” [53]). De qualquer modo, é esta “civilização” especializada da escrita que, da leitura à produção epistolar, orienta as principais modalidades de ordenamento do *Diário*, começando pela ordem da descrição das paisagens, das pessoas e das coisas.

A ORDEM DA DESCRIÇÃO

Desde as primeiras linhas que sobreviveram até aos nossos dias, regista-se no *Diário* uma atenção pormenorizada, quase sempre elegante, por uma paisagem que, casando o humano e o urbano, poderemos definir, à falta de melhor conceito, por *cidade*. Trata-se de organizar impressões de viagem não apenas em função dos espaços sociais e culturais que se visitam originalmente, mas também de convocar uma vivência social cidadina e elitária que, tendo como paradigma a aristocracia lisboeta e a própria Lisboa (“Estou tão longe de todos, mas o meu pensamento está sempre no caminho de Lisboa”), funciona como representação matricial da ordem e das coisas da viagem. A descrição da *cidade* frequenta uma atenção especial, crítica e deslumbrada, pelo elemento humano, aqui perscrutando o local, ali individualizando os poucos portugueses ou observando mais além a presença europeia, como acontece com a inglesa em Singapura ou a holandesa na Indonésia. O elemento europeu, integrador duplamente de observação e sociabilidade, cruza-se com o recenseamento de grupos asiáticos e com eles expande as cores da *cidade*. Por isso, a medida da *cidade*, do território, é muitas vezes sublinhado a partir desta pluralidade antropológica multicolor, como ocorre em Singapura, cidade em que “é divertido estar ali um bocado pela variedade de gente que se encontra”, quase

“Não se imagina a quantidade de gente de diferentes raças que se encontra por toda a parte, mas

principalmente para aquelle lado, chinezes, homens d’Aden muito pouco vestidos e com os cabellos cahidos, outros de Ceylão muito bem penteados, usam o cabelo crescido e enrolado na nuca, quási todos trazem uma travessa de tartaruga como as nossas creanças. Os cabellos d’estes são esplendidos, negros como as asas d’um corvo, teem um brilho lindo. Também vi indios, malaquianos, etc., etc..” [12]

Não se pense que a observação do “outro” asiático se limita a registar estes sinais de diversidade que, como neste caso, preferem fixar-se na análise de cabelos e penteados, entre “caídos” e “crescidos”, estéticas estranhas para os grupos sociais superiores europeus que, nas décadas finais do século XIX, privilegiavam uma exuberante colecção já feminina já masculina de chapéus de cuidadosa confecção e arrumadíssimo gosto. A estranheza que assenta nos “nossos” valores culturais autoriza com muita frequência espaço para que o *Diário* possa registar algumas práticas culturais asiáticas com respeitoso pormenor. É o que acontece geralmente nas descrições de práticas religiosas budistas, como se visita neste atenta memória de antigas cerimónias religiosas acompanhadas em templo “chinês” de Singapura que, descontados etnocentrismos quase naturais na ordem do comentário, importa acompanhar com alguma atenção:

“Fui ver um pagode Chinez menos mal arranjado, Vi outros muito mais rricos, mas este que vi era bastante grande; tem umas poucas columnas de ferro no meio da casa, uns poucos d’altares com diferentes monos e muitas coisas mais e que nem eu sei como lhe hei-de chamar; umas pareciam tinas, outras mesas, etc.; tudo aquillo tem serventia para as cerimónias religiosas. Estava um chinez a rezar em pé defronte do altar e assim se conservou por um bocado, depois fez umas poucas de medidas e passou d’alli para defronte. D’uma meza onde estava outro mono com um grande vaso defronte de si cheio de terra e n’este estavam espetados uns poucos de pivetes acesos; havia por toda a casa um cheiro pouco agradável. Quando o chinez acabou de rezar, voltou outra vez ao altar onde tinha estado primeiro. Ahi estavam uns bocados de pau do feitio d’umas pequenas canôas. Pegou n’elles e atirou-os ao ar, uns cahiram com o interior para baixo, outros para cima. Disseram-me que assim é que eles fazem para saber se hão de ser felizes ou não; se cahem os paus com o interior para cima é bom signal e de contrário é mau. Estava n’um nicho um outro

LITERATURE

monosinho muito feio, medonho, mas julgo que é o mais considerado. Todos os dias lhe põem de comer. Hontem tinha umas coisas brancas que no princípio imaginei que era peixe, mas depois vi que não. Perguntei-lhes o que era, mas não me entenderam.” [13]

Concretizando o fascínio oriental destes andamentos textuais mais especializadamente numa atenciosa visita de hábitos e comportamentos culturais da, ontem como hoje, rica comunidade chinesa de Singapura, o *Diário* anota com ainda mais demora e admiração o cerimonial de um casamento entre jovens chineses, originando mesmo a mais longa descrição temática desta obra:

“Hoje levantei-me às 8 horas, tomei o meu banho frio, o que faço quasi todos os dias. Almoçámos, depois vim acabar de arranjar as malas, penteei-me e agora estou esperando a mulher do cônsul, que ficou de nos vir buscar para irmos assistir a um casamento chinês, mas já estou com algum medo que ella não venha, pois já me parece tarde. Fomos à casa da noiva chinesa, mas ainda não assistimos ao casamento, pois foi transferido para as 4 horas, mas não perdemos o nosso tempo porque fomos ver o quarto dos noivos e o enxoval da noiva que é riquíssimo. O quarto é muito bonito no seu género; a mobília é toda de pau encarnado com imensos dourados em relevo. Compunha-se do seguinte: uma cama enorme e muito esquisita; são duas numa só, mas uma muito estreita e a outra bastante larga; tem um dossel assente em 6 columnas muito bonitas, as cortinas são de cetim escarlata bordadas a matiz em ouro; tinha uma colcha riquíssima e por cima uma quantidade de flores eervas aromáticas, que davam um perfume péssimo, enjoativo. Deram-me umas poucas de flores, dizendo que eram as flores das noivas, que as guardássemos. Eu logo que as vi pelas costas, deitei-as fora pois não podia supportar o cheiro. Vi dois vestidos, um de cetim encarnado bordado a matiz e outro também de cetim, mas amarello, também bordado, um par de chinellos bordados a oiro, e uma quantidade imensa de lenços de todas as cores bordados a matiz e oiro. Também me mostraram uma espécie de “fichu” mas muito esquisito, todo feito de pedacinhos de seda encarnada e verde com um bordado differente em cada um; uma rosa, uma chineza, uma árvore, etc. Immensas jóias, riquíssimas, brilhantes enormes, lindos, lindos. O que mais gostei foi d’um diadema todo de brilhantes, mas

brilhantes bons. Também levam na cabeça uma coroa de flores mas não de laranjeira, differentes. Os casamentos são arrançados pelos paes dos nubentes, elles não se conhecem, é na hora do casamento que se veem pela primeira vez. A noiva leva um grande véu preto muito espesso que lhe cobre a coroa e parte do corpo e é o noivo que depois lh’o tira. Estou com curiosidade de ver a cerimónia, depois darei conta. Vi dois contadores muito bonitos, dois armários, um lavatório, uma espécie de tremó contendo em cima umas poucas de caixas d’oiro, com uns grãos que elles mascam, e linda loiça da china, duas cadeiras cobertas com uns panos bordados, dois banquinhos para pôr os pés e mais umas coisas que não me lembro.” [17-18]

Cola-se a esta visita atenciosa o registo do próprio casamento anotado já no dia seguinte, a 9 de Abril, oferecendo um cuidado exercício da memória em que se destacam as principais formas de fascínio pelas culturas orientais que, das cores aos vestuários, das jóias aos gestos, passando pela alteridade religiosa e simbólica, mobilizavam a selectiva escrita de Maria Isabel Tamagnini, neste caso rememorando que

“Hontem sempre fomos assistir ao tal casamento chinês. Gostei immenso de ver, há muitas cerimónias! Não se imagina. A noiva estava ricamente vestida: sarong ou sayon de cettim amarello, e a cabaia também ricamente bordados a matiz e ouro, tinha uns sapatos também ricamente bordados. Na cabeça tinha uma corôa (era mais ou menos do feitio d’uma corôa real) toda cravejada de brilhantes e outras pedras preciosas, o pouco cabelo que se via estava semeado de differentes flores. O noivo vestia como os mandarins. Quando entrámos, estava na primeira sala o noivo, sentado entre uns poucos de rapazes vestidos como elle, e a noiva estava numa outra sala também sentada. Esqueceu-me de dizer que ella tinha uns enormes brincos de brilhantes e pérolas e ao pescoço uma quantidade de fios de brilhantes lindos, soberbos, os dedos todos cheios de anneis de brilhantes óptimos. A cerimónia só começou às cinco e meia; estiveram esperando por esta hora, pois elles são muito supersticiosos e n’aquelle dia, segundo elles dizem, se algum casasse antes ou depois das cinco e meia haviam de ser muito infelizes; a hora também tem influencia nestas coisas. São muito ratões. Enquanto faziam horas, nós fomos para o quarto da noiva, onde esta era esperada, pois foi ali que se celebrou o casamento. Pouco depois entraram dois rapazes, battendo desalmadamente em dois enormes

LITERATURA

timbres, fazendo um barulho horrível, isto para anunciarem a entrada dos noivos que com efeito, pouco depois apareceram seguidos dos convidados; vinha a noiva adiante com as mãos no peito, andando muito devagar, mais atrás o noivo, foram ambos para o pé da cama e puzeram-se um defronte do outro, fazendo muitas medidas e levantando os braços ao ar; depois mudavam um com o outro de lugar e começavam de novo as mesmas cenas; depois sentaram-se ainda ao pé da cama, onde esperaram que lhes levassem chá. A noiva não come nem bebe nada, neste dia, só faz a cerimónia, o noivo esse sim come de tudo, Levaram-lhes umas comidas numas xícaras. Nenhum d'elles lhe tocou, de sorte que puzeram duas chávenas debaixo da cama, onde as deixam ficar por espaço de três dias; se quando as tiram já a comida está podre é péssimo signal para os noivos, hão-de ser sempre infelizes; se estiver boa, é óptimo signal. Há num quarto uma mesa com immensos petiscos, e só com dois lugares que são para os nubentes; a loiça era riquíssima. Depois de algumas pantominices sentam-se os dois. A primeira coisa que lhes dão é chá. Trocam as xícaras. O noivo bebe e a noiva finge. Depois a noiva dá dois pausinhos de marfim ao noivo e este a ella, depois começa esta apontando os petiscos que elle deve comer e que elle vae comendo; isto dura imenso tempo. Quando acabam o jantar vae o noivo para sua casa e a noiva depe-se e veste um vestuário branco. À noitinha volta o noivo e fica três dias em casa dos paes da noiva, depois vão para sua casa ou então para casa do noivo. Os donos da casa eram amabilísimos. Offereceram-nos doces, champagne e mais vinhos. Quando nos despedimos agradeceram-nos muito a nossa visita e veio-nos acompanhar à porta o parente mais próximo da dona da casa. As raparigas passam um tormento nos dias do casamento, coitadas, pois como não comem nada, estão muito fracas e como as carregam d'oiros, de trinta trapalhadas, perdem muitas vezes os sentidos. A de hontem não os perdeu, estavam constantemente dando-lhe a cheirar um vinagre, de sorte que ella estava menos mal." [18-20]

À observação fina do elemento humano, na sua dimensão constelativa, soma-se o espaço, o outro critério maior que permitia valorizar a *cidade*. E nos espaços da *cidade*, de qualquer cidade, impõe-se imediatamente a qualidade do passeio. Assim, a valorização positiva de Singapura muito deve ao "passeio realmente bonito" que permitia, por exemplo,

"acabar a tarde no passeio dos elegantes" [2] ou comer "com bastante apetite, como é natural depois d'um passeio a pé..." [3]. Pedestre ou em carruagem, o passeio trata de (des)montar a *cidade*: casas, edificios públicos, avenidas, árvores, jardins e, sobretudo, as "compras". Ainda na cidade erguida por Raffles "entramos aí numa loja ingleza magnífica" e "comprámos várias coisas e depois fomos a uma loja de panos procurar panos brancos e chitas, o que se encontra muito barato. Também fomos a umas lojas chinezas..." [5]. Se o passeio pedonal recorda um registo mais *fotográfico*, já o passeio em carruagem, pela sua velocidade e ritmo, remete para o registo *cinematográfico*, quase o desse cinema "mudo", lido e tocado, convidando a um corrupio de impressões, por vezes fixadas com deslumbrada elegância, como nesta descrição de Batávia que, pela rápida sequência de elementos cénicos, parece remeter para a economia do tempo e do espaço que nos habituámos a associar aos velhíssimos álbuns de fotografias e postais dos finais do século XIX:

"Demos um lindo passeio de carruagem, pela cidade que é linda. Há aqui uma vegetação brutal, por todos os cantos se vêem flores, arbustos, árvores, água, etc. É uma cidade no meio d'um bosque muito fechado, as ruas são todas de macdame e larguíssimas, quasi todas tem pelo meio um riozinho onde os malaios se banham. Todas as casas são lindas e teem jardins verdíssimos. Passámos por uma praça enorme (para se fazer a volta a pé leva-se hora e meia), onde está a estátua do primeiro governador de Batávia. É ali o tribunal de justiça e tudo o que lhe diz respeito. Lindas casas para os officiais, óptimos quartéis, etc. Queríamos ir ao jardim das plantas, mas o estúpido cocheiro não foi capaz de perceber que nós queríamos ir lá, por mais deligências que fizéssemos. Levou-nos por uma estrada muito bonita mas nada de jardim, fez-me um ferro, pois todos dizem que é muito bonito, e demais a mais tem hervas de diferentes qualidades, de sorte que os pequenos perderam um bom divertimento. Na maior parte da cidade poucos chinezes se veem, casas não vi nenhuma, pois aqui não lhes permitem que as construam senão no seu bairro, porque dizem, e com razão, que elles são muito ricos; se lhes dessem licença de fazerem as suas edificações onde bem lhes aprouvesse, os sítios mais bonitos estavam decerto ocupados pelos taes senhores e os pobres dos hollandezes ficavam a ver navios." [32-33]

Infelizmente, ontem como hoje, as grandes cidades do Sudeste Asiático são caras mesmo (e sobretudo...) para famílias de governadores coloniais portugueses: Singapura é, definitivamente, uma cidade dispendiosa: “aqui gasta-se um dinheirão louco” [6]. O mesmo vai acontecendo nas cidades de Java, especialmente nessa grande urbe colonial que ontem se chamava Batávia e hoje se visita como Jacarta. Por isso, quando a comitiva familiar do Major Bento da França chega a Semarang, o *Diário* regista com alguma sincera mágoa que “não fomos nem vamos a terra por falta de ‘pintos’. Temos gasto imenso. Só nos 15 dias que estivemos em Singapura gastou-se um dinheirão. Em Batávia também foi um dinheirão; é tudo muito caro” [34]. A carestia que importa colocar no seu devido contexto de “portugalidade”, remetendo para as dificuldades económicas e financeiras do Portugal das décadas de 1880 e 1890,⁸ limita a fruição plena das capitais coloniais do Sudeste Asiático, impedindo mesmo em Jacarta a continuação do deslumbramento do passeio ou a excitação mundana do teatro lírico:

“Tenho pena de não poder gozar mais d’ esta linda terra, mas tudo aqui é caríssimo e os tempos estão muito bicudos. As carruagens alugam-se sempre por seis horas e paga-se um tanto, mas um tanto muito pesado quer se utilize d’ ellas 1 hora, meia-hora ou as 6 horas. Quisemos ir ao theatro lyrico, mas cada lugar era um dinheirão e como nós somos muitos, não fomos. Há sempre aqui divertimentos quasi todas as noites há theatros; como já disse esteve aqui uma companhia lyrica (italiana) e agora é esperada uma troupe francesa.” [33-34]

A *cidade* avalia-se, em seguida, pelos seus espaços de sociabilidade, principalmente os seus “salões” e hotéis. As condições de acesso e fruição de *salões* organizados à imagem dos seus congéneres europeus são raras, não tanto pela falta de qualidade desses espaços, tantas vezes de uma elevada elegância e decoração, mas mais pela insuficiência da frequência social. O *Diário* anota várias desilusões com a mediocridade da festa e, sobretudo, dos seus frequentadores: “À noite houve dança, estavam lá uns figurões muito gebos e bastante ordinários. Não tinha vontade, já porque tivesse muito calor e também porque não estou bastante alegre para andar em danças, mas não tive outro remédio senão fazel’o, assim era preciso.” [7] Em contraste, sempre que o *salão* era agradável e se aproximava dos padrões de elegância e sociabilidade

da *cidade* europeia, o contentamento era outro: “Dancei com quasi todos; o meu primeiro par foi o official russo. Fala muito bem francez e pareceu-me educado, valsou muito bem a dois tempos.” [9]

A validação da *cidade* concretiza-se igualmente através da qualidade dos seus hotéis, seja, em Singapura, esse “Hotel Europa onde estamos bem alojados; é um hotel imenso e está cheio de ingleses” [1] ou o famoso *Hotel des Indes*, em Batávia (“Viemos logo para este hotel que é muito bom segundo as primeiras aparências. Temos uns bons quartos. O *lunch* foi esplêndido e é de esperar que o jantar não seja pior” [22]). Nalguns casos, destacam-se alguma curiosidades “estranhas”, como aquelas a que obrigam as coacções de um clima tropical, já na fronteira desses comportamentos que apenas se experimentam quando nos encontramos longe do nosso meio doméstico e social, caso desta “peculiar” forma de dormir:

*O “divertimento”, tanto como
exercício de escrita quanto
como registo factual, percorre
o Diário que privilegia,
assumidamente, mais uma
escrita de impressões
e excitações do que programas
de descrição, cronística
ou ensaísmo.*

“deitámo-nos às 10 horas pouco mais ou menos. Por causa do calor, não põem na cama senão um lençol só; fez uma grande novidade quando nos deitámos, mas não faz falta nenhuma...” [3]

Esta ordem da descrição que destaca a *cidade* e o seu “ethos” social e cultural vai-se perdendo, mesmo enquanto registo escrito, à medida que a viagem se aproxima de Timor. Macassar na grande ilha de Sulawesi que a cartografia colonial baptizava de Celebes começa a pautar o ritmo de uma transição em que a *cidade* vai paulatinamente desaparecendo para dar lugar ao território que se perspectiva como “indígena”, as casas de pedra perdendo em favor do predomínio daquilo que

LITERATURA



Bogor – Palácio dos Governadores Gerais das Índias Orientais.

o texto designa, muito “africanamente”, por “cubata” ou desaparecendo também a silhueta moralmente tranquilizadora da igreja, permitindo perceber que

“Macassar é bastante comprida, mas não muito larga. Tem uma vegetação brutal, uma perfeita matta! É muito bonita no seu gênero, mas triste. Tem algumas casas de pedra e cal pertencentes a europeus. São no gênero das de Batávia, mas mais pequenas e menos ricas. A população é numerosa de indígenas, que habitam todos as casas feitas com esteiras, no gênero das dos nossos pescadores da Costa. Chamam-se cubatas. Há muitos chineses, algumas lojas pertencentes a estes últimos, que geralmente habitam em pequenas casas por cima dos seus armazéns. As ruas não são más, estão bem arranjadinhas. Há uma alameda linda, um encanto, as árvores são enormes, de sorte que se juntam em cima, mas duma maneira espantosa. Formam uma abóbada, não se pode ver o céu, o sol não mette ali o seu nariz, é lindo. Passámos pelo cemitério d’aquella pobre gente, fez-me a maior impressão tão pobre e tão triste. Não vi Igreja

nenhuma, os holandeses não teem muita religião, faz afflicção.” [39]

Em continuação, algumas das ilhas principais desse corredor arquipelágico que se identifica como Pequenas Sundas são apreciadas com distância e os seus habitantes caracterizados pela sua incivilidade, como se frequenta nas descrições rápidas de Sumbawa ou das Flores. A partir de uma brevíssima observação da sua capital, Bima, Sumbawa é simplesmente apresentada de longe como uma ilha “grande mas muito insignificante. Há só cubatas onde vivem os indígenas. Parece-me que vivem ali 3 ou 4 europeus. Que tristeza, coitados! Não fomos a terra” [41]. Apesar dos vestígios culturais de presença portuguesa que ainda hoje se espalham por confrarias, igrejas e muitas cerimónias religiosas católicas,⁹ pese embora também a extraordinária paisagem do estreito que a separa de Solor e Adunara, Larantuka, no leste das Flores, não recebe melhor elogio, anotando o *Diário* que

“Hoje chegámos a Larantuka, uma povoação na Ilha das Flores, que é bastante grande, muita rica em

LITERATURE

vegetação, mas muito pobre em casas. Os habitantes são ainda meio selvagens. Estão aqui uns poucos de missionários cathólicos hollandezes que não tem perdido o seu tempo, há já muitos christãos. Antes de se chegar à povoação passa-se por um estreito que é um encanto, o navio a passar pelo meio de dois montinhos matizados na verdura; é d'um efeito lindo, há muitas árvores de fructus: laranjeiras, bananeiras, coqueiros, etc..." [41-42]

Pior ainda são as linhas que o texto de Maria Isabel Tamagnini dedica às populações das Flores, negativamente distinguidas mesmo dos habitantes de Adunara e de Solor. Partindo de eventos, mais ouvidos que observados, associados às muitas dificuldades das missões protestantes holandesas precisamente em espaços demoradamente lavrados por missionários católicos, sobretudo dominicanos, que haviam multiplicado conversões e paróquias desde meados do século XVI, o *Diário* fixa uma perspectiva crítica, mas não dispensando alguma interessada curiosidade, sublinhando que

"Os indígenas são quasi todos selvagens, muito maus. Em Fevereiro atacaram o convento onde vivem os missionários e mataram 3 homens. O seu maior gosto é de cortar cabeças aos brancos; agora estão mais sossegados. Mr. Forbes tencionava visitar o interior da ilha, mas visto o exposto mudou de ideias. Em frente da Ilha das Flores há uma pequena ilha chamada Adonara. Está aqui estacionado um navio de guerra holandez. Agora já se começa a ver Solor. Os habitantes de Adonara e Solor não são tão maus como os vizinhos. Aqui os indígenas usam uns chapéus feitos por elles. São muito ratões e originais. Tenho pena de não ter um para guardar." [42-43]

Surpreende, de facto, como destaca a introdução, a seguir, do Embaixador António Pinto da França, a falta de informação do *Diário* sobre a presença histórica portuguesa nestas ilhas e espaços das Flores, Adunara ou Solor. Ainda hoje se casam os vestígios de velhas fortalezas coloniais portuguesas, em Ende ou em Solor, com uma religiosidade católica, popular e eclesíastica, recordando vetustos contactos com missionários, soldados e aventureiros portugueses, vazando-se em orações ou folclores que recordam quase perdidos "crioulos".¹⁰ Apenas se pode concluir que Maria Isabel Tamagnini desconhecia estas influências porque elas seriam geralmente ignoradas pelos responsáveis coloniais portugueses, em Lisboa ou a caminho de Timor, conquanto, formalmente, estas ilhas tivessem

sido "trocadas" pela administração do Timor Oriental com a governação colonial holandesa somente em 1859, informando um estranho episódio em que viria a assentar grande parte dos tratados cruzados entre Portugal e a Holanda para acordarem acerca das fronteiras dos territórios timorenses que compartilhavam e dividiam.¹¹ Em termos mais complexos, este desconhecimento remete para as próprias condições de produção de um pensamento e ideologia coloniais no Portugal das décadas finais do século XIX, numa época em que a concorrência económica internacional começa a aprofundar-se sem retorno e impõe uma atenção renovada pela exploração territorial e das ricas matérias-primas principalmente de África. Estranhamente, este é também um período de reinvenção de direitos e prioridades históricas, de novas histórias nacionais e "ultramarinas", mas que, em definitivo, não parece terem a chegado a interessar-se pelo "estudo" dos espaços da Indonésia oriental em que se havia organizado uma muito vaga soberania portuguesa que se celebrava em Timor através de um cuidadoso processo de especialização de uma espécie de *indirect rule* favorável aos interesses coloniais e, mais ainda, aos grupos sociais superiores locais.¹² Numa palavra, Timor Leste era a última das colónias portuguesas, na distância e na ignorância.

TIMOR COMO EXÍLIO

Terra para degredados e de muito pouco "civilizados" indígenas, assim se entendia a parte oriental da ilha de Timor na década de 1880 nos meios cultos portugueses epocais. Por isso, ainda em Singapura, fascinada pela qualidade da *cidade*, Maria Isabel Tamagnini deseja que venha rapidamente o tempo de chegar a Timor porque "quanto mais depressa lá chegarmos mais depressa se começa a contar o tempo do nosso exílio" [6]. E de terra de exílio, com efeito, se tratava para uma numerosa família nobiliária lisboeta obrigada a procurar no serviço colonial as vantagens económicas e de reconhecimento político que eram cada vez mais difíceis de conseguir numa Lisboa em que cresciam os sinais de declínio irreversível da monarquia constitucional, começando a impor-se a atracção pelos partidos republicanos, mais jovens, urbanos e burgueses.¹³

As diferentes anotações feitas em Timor revelam uma vivência quase exclusivamente centrada em Díli,

LITERATURA

marcada por uma consideração geralmente negativa da terra e das gentes que apenas algumas realizações próprias da vivência da *cidade* permitiam matizar (“Uma tarde d’estas sahi, demos uma volta pela cidade que parece não me sahir tão feia como eu esperava; é verdade que eu fazia a ideia mais triste possível” [50]). A “cidade” de Díli, apesar de não ser “tão” feia quanto se esperava (“a cidade não é tão má como eu imaginava, há algumas casas de pedra e cal, mettendo nessa conta os edificios públicos. A Igreja, pequenina e decente, podia estar um pouco melhor. Além disso, um Quartel menos mau, Hospital, Alfândega, Prisão, uma outra

*A estranheza que assenta nos
“nossos” valores culturais
autoriza com muita
frequência espaço para que
o Diário possa registar
algumas práticas culturais
asiáticas com respeitoso
pormenor.*

casa para onde vae agora a Secretaria e não sei se mais alguma outra e 6 ou 7 casas particulares” [51]), funciona como uma espécie de anti-cidade, contrariando os vários valores e exigências espaciais e sociais com que Maria Isabel Tamagnini exornava as vantagens da vida em *cidade*. O passeio a pé é extremamente raro e praticamente inviável de carruagem (“As estradas também estão péssimas, é quasi impossível andar por ellas de carruagem, está tudo muito abandonado” [48]), o passeio de barco limitou-se a uma pequena incursão “banear” na baía de Díli (“Hontem fomos, Bento, Magdalena, Fontes e eu dar um passeio embarcados. Gostei bastante, a tarde estava linda, era ao sol posto, o céu estava matizado com bellas cores que faziam um effeito lindo, lindo. Fomos às duas entradas da barra, ali já se sentia os effeitos do mar, demos dois ou trez saltinhos menos maus” [59]), os grandes edificios públicos não existem, são escassas as casas em pedra, medíocre, quase detestável, é o ambiente humano em que se somam a meia dúzia de

responsáveis administrativos portugueses muitos soldados degredados:

“Tio Bento e Bento foram visitar o quartel, hospital e a escola do governo e a prisão. Com o quartel e a prisão vieram horrorizados. O hospital está velho, mas bem arranjadinho. As estradas também estão péssimas, é quasi impossível andar por ellas de carruagem, está tudo muito abandonado. É pena, pois o país é riquíssimo. Há umas poucas de minas de ouro e cobre, café em grande abundância e outras coisas mais que eu agora não me lembro; se fosse bem exploradinho, tínhamos, só daqui, uma riqueza, mas não há aqui ninguém para o fazer. É um presidio, uma terra honde há só degredados, se pode dizer, e dos piores. É bem triste sabermo-nos só cercados por assassinos! Que tristeza e que horror! Santo Deus! Nossa Senhora nos proteja.” [48-49]

As relações e actividades sociais de tipo “europeu” são extremamente limitadas. Alguns jantares com os responsáveis da administração colonial, entre conveniência e convívio, mais as idas regulares à igreja, sempre interessantes e divertidas nas grandes festas litúrgicas, especialmente as que, enchendo o templo também de alguns timorenses, excitam a parenética. Não existem sequer pessoas suficientes para organizar diferentes meios ou grupos sociais, fazendo mesmo os funcionários civis e os sacerdotes parte do mesmo mundo restrito da ordem colonial portuguesa em Timor Leste. Assim se testemunha nas descrições de algumas dessas reuniões que congregavam ao jantar, em casa do governador, a pequeníssima “comunidade portuguesa”, formada não apenas por europeus, mas também por alguns funcionários goeses e criados africanos:

“No dia 31 de Maio deu o Tio Bento um jantar ao chefe da Missão, Medeiros, Bispo de Gôa, Padre Gomes. Convidou ainda as seguintes pessoas: Lassi (director da alfândega), Silva Pereira, Tancredo Caldeira (delegado da Fazenda), Casal Ribeiro (agrônomo), Bernardino Lobo (médico) Porphyrio Sérgio de Sousa (administrador do Concelho), Capitão Fernando António e o alferes Pimenta. Correu tudo muito bem e passou-se menos mal, são estas as pessoas apresentáveis que aqui há, fora mais uns dois ou três.” [56]

Em contrapartida, quando era possível aproveitar a chegada do vapor holandês e as várias competências do seu comandante para reunir um convívio social alargado, recordando a sociabilidade elitária ocidental,

LITERATURE



Quartel de Infantaria de Díli, finais do século XIX.

voltavam a visitar-se as qualidades próprias da vida de “salão”, estendendo-se do canto à amabilidade do presente, espreitando a galanteria própria da “civilização”:

“O vapor que chegou hoje chamava-se Tamborá e o capitão, De Hartum, cavalheiro, veio jantar connosco e passar parte da noite. É um puro artista, toca uns poucos de instrumentos, mas hoje só ouvimos tocar dois, citara e rabeça, muito bem. Tocou várias coisas, umas poucas de canções allemãs, Serenade de Schubert, Avé Maria de Gounod, um bocado de Fausto, um bocado de Guilherme Tell, etc., etc... Cantou ainda umas canções bonitas, estivemos toda a noite entretidos. Também cá jantaram e passaram a noite Porphyrio de Sousa, Ernesto Lassi e Henrique Pereira. O Capitão fez-me presente d’um leque muito bonito. Elle é muito bem educado, foi official de marinha. Agora só cá volta d’hoje a dois meses.” [62]

Não parece que este tipo de jantares e encontros, reunindo os limitados quadros superiores da administração colonial ou acolhendo um raro comandante de navio holandês, tivessem sido frequentes durante o governo do Major Bento da França. O texto de Maria Isabel Tamagnini, sempre

tão atento ao pormenorizado registo destes acontecimentos sociais, não os aponta, situação que não deixa de sublinhar o clima de intranquilas intrigas que foi contrariando a acção do novo governador. Noutros casos, também raros, quando a visita social se autoriza quase por “obrigação” a funcionários de origem timorense, provavelmente mestiços, o que se perde em convívio social “normal” ganha o *Diário* em divertimento:

“Tivemos umas visitas interessantes: o Juiz, Sua Mulher e Irmã, trez macacos. Vinham esplêndidos! A Madame trazia um vestido de seda preto feito em Macau, naturalmente, vestido de casamento cheio de arrebiques, muito comprido, de sorte que a pobre timora não se sabia mexer. Estava vendida, coitada. Luvas brancas (de meia, como usam as nossas criadas), muitíssimas carnes e um chapéu – mas que chapéu! –, uma barretina de veludo preta com enfeites também de veludo, mas azul celeste, e muitas flores brancas. Mademoiselle, vestida de cor de rosa, que amor! O vestido era de cassa com galões de fita de lã rouxa. Carregada de ouro, na cabeça um lindo chapéu de palha branco enfeitado com fitas azuis e feixes de flores brancas, feito d’um prato chato. Estúpidos como uma

LITERATURA



Rua do Comércio em Díli, finais do século XIX.

porta, pelo menos na aparência e digo assim, pois só lhes ouvi “sim”, “não”. Realmente tivemos uma conversa muito interessante... Estes timores são impossíveis.” [59-60]

Não é preciso frequentar demoradamente este *Diário* para se perceber que o Timor colonial português se encontrava muito afastado, sem remissão, dos valores sociais e culturais prezados por Maria Isabel Tamagnini. Por isso, as populações locais são praticamente desconhecidas tanto na sua variedade como na sua especificidade cultural, assim como os seus territórios e agrupamentos sociais. Destacam-se, ainda assim, algumas características gerais que testemunham a sua “incivilidade”, como é o caso da sua estranha alteridade religiosa, descrita quase sempre a partir das categorias complementares de superstição e ignorância, como quando se procura inventariar o temor pelos fenómenos naturais, dos tremores de terra ao crescimento das grandes árvores:

“Os indígenas teem o maior medo, coitados, e imaginam que é Deus que puxa por uns cordéis; começam todos a gritar e a dizer “ainda cá estamos, ainda cá estamos”. Fazem uma berraria medonha. São muito tolos, coitados, mesmo uns brutinhos. Há aqui

perto da nossa casa um pântano bastante grande e perto há uma grande árvore que elles teem por santa e ao mesmo tempo teem-lhe um grande pavor; não são capazes de se aproximarem mas estão certos que junto da árvore há um grande buraco e que por alli se vae à Europa e que sahem por alli coisas maravilhosas! Quando nos viram a todos nós exclamaram: “uma família tão grande”, naturalmente sahiram pelo buraco da árvore santa! Eu julgo que ainda estão convencidos d’isto.” [49]

Este comportamento que se pensa pautado pela superstição e pelo temor parece enquadrar também os apontamentos que o *Diário* entende fixar acerca da presença dos timorenses que, principalmente nas grandes datas do calendário religioso católico, frequentavam as cerimónias litúrgicas. Novamente, é seguindo um registo que exagera um divertimento já muito próximo da paródia que, atenta como sempre à exuberância do vestuário, Maria Isabel Tamagnini recorda essa ida a uma igreja de Díli em que

“Estavam muitos timores de chapinhos e vestidos à europeia, mas que typos! Não se imagina! É para a gente morrer a rir; custou-me muito ficar séria, mas lá consegui. Vou fazer a descrição duma toilette:

LITERATURE

começa pelos pés, umas botas enormes amarelas, de que espécie não posso dizer; uma saia branca muito tesa, fazendo um grande ballão, por cima um vestido de cassa côr de rosa já muito desbotado, de grande cauda, enfeitado com uma fita de lã verde bastante forte; o corpete da mesma cor e qualidade da saia, justo ao corpo, deixando assim ver a ellegância da dona... O chapéu era o melhor de tudo, de folhas amarelladas, feitió muito difícil dizer como era, uma espécie de frigideira, que tinha à roda uma fita larga de côr duvidosa, que atraz fazia um laço com pontas pendentes bem compridas; na frente tinha um rabo de gallo muito espetado e, a um lado, uma flor decerto muito rara, que pelo menos não era do meu conhecimento. Ora aqui está uma das elegantes de Timor. As outras também se vestem pelo mesmo figurino. São taes quaes uns homens que no entrudo se vestem de mulher, pasma-se para aquelles ‘presépios’, são impagáveis.” [58]

A partir destes temas marcados por uma sátira social e culturalmente datada não se pense que o *Diário* pouco alimenta a investigação histórica e social dos nossos dias. Pelo contrário, para além de texto paradigmático de uma certa forma de relacionamento entre as elites sociais portuguesas e as “suas” colónias mais longínquas, o texto oferece informações relevantes que importam na reconstrução a fazer da história colonial de Timor. Entre a colecção de apontamentos interessantes não deixe de se incluir a pormenorizada descrição de uma dessas cerimónias de vassalagem de um rei local, neste caso de Laleia, à soberania portuguesa. Trata-se de uma descrição demorada que, viva e rica em anotações históricas e etnográficas, muito deve ter impressionado a autora deste *Diário* que catalogou este episódio como um dos mais relevantes testemunhados em Timor, quebrando mesmo as desinteressantes rotinas da monótona vida colonial local:

“Até ao dia d’hoje não se passou nada que mereça menção. Hoje sim, prestou juramento ao rei de Portugal, Sr. D. Luíz I, o rei de Laleia, D. Manuel Caetano Delgado Xímenes. Trouxe de presente ao Governador 4 búfalos, 2 carneiros, 1 porco, 20 galinhas e 4 paus de cera. O Tio Bento também o presenteou com canipo e genebra em grande porção, lenços e quatro pannos (o que elles usam para se embrulharem); são estes os presentes que elles mais gostam. O rei vinha acompanhado por toda a sua gente e mais atraz vinha um rancho composto de mulheres e homens vestidos

d’um modo muito extravagante. As mulheres com uns panos de diferentes cores atados na cintura e uns outros por cima, atados por baixo dos braços, cahindo até quasi aos joelhos. Nos braços traziam pulseiras, e na cabeça uns lenços de cores vivas postos na testa, deixando ver atraz os cabelos que estavam semeados de flores. Traziam uns tambores pequenos pendurados ao pescoço. Esquecia-me de dizer que cada uma trazia 3 ou 4 lenços pregados nas costas, mas cada um de sua cor, uns amarelos, outros encarnados, etc., etc. Os homens, pequenos quasi todos, de tanga e com uns pannos encarnados, postos pelos ombros e traçados no peito. Usam os cabelos muito crescidos e como estes são muito crespos, faz-lhes uma cafurina enorme. Alguns traziam também uma espécie de turbante encarnado na cabeça e outros muitíssimas penas muitos compridas espetadas nos cabellos. Muitas pulseiras nas pernas e braços. Todos traziam nas mãos umas espadas pequenas ou faccas de matto, excepto dois, que traziam numa mão uma espécie de tampa de panela e na outra uma baqueta de pau; eram os músicos. Logo que chegaram, começaram a saltar e a dar gritos selvagens, depois formaram-se a dois e dois. Os músicos principiaram a batter desalmadamente nas taes tampas de panella, como eu lhes chamo, mas elles dão-lhes o nome de Samegon. Começou então uma dança que se chama Tabé-dai e que era, como se esperava, uma dança selvagem; isto durou seguramente uma hora. Entretanto o rei prestava juramento perante o Governador, todas as authorities principais dos reinos, etc. Finda a cerimónia, passaram todos à casa de jantar onde houve beberete. Fizeram uma saúde a El-Rei; ao povo também se deu canípo, bebida que elles muito gostam, e que é feita com suco de canna e outros ingredientes. Deve ser péssima.” [61]

Somam-se à descrição destes eventos políticos, tão importantes como simbólicos, muitos apontamentos “menores” que, estudados com alguma atenção, permitem inventariar aspectos interessantes da história social e económica do Timor colonial. É o que ocorre com os diferentes dados económicos sobre o território que se espalham pelas páginas do *Diário*, como, por exemplo, aqueles que interessam para uma história dos preços que nunca foi feita, muito menos aproximada:

“Hontem tivemos uma distracção; à tarde o Bento e Fontes compraram uns cavallinhos muito novos e que não foram ainda montados, foi um divertimento.

LITERATURA

O cavallinho do Bento custou 4500! Foi mais barato que um casal de perus que hontem também comprámos; custou 5000 rs, tem graça.” [55]

Outras notas remetem para a recorrente situação financeira tão difícil quanto deficitária da administração colonial portuguesa de Timor (“Para infelicidade do Tio Bento perdeu-se um vapor da Companhia Hollandeza, o “Banda”, que tocava sempre aqui e que trazia bastantes coisas que rendiam bastante dinheiro para o cofre; mas como não chegou, o dinheiro não entrou, de sorte que estão muito em baixo os fundos. Receia-se que não chegue para fazer os pagamentos d’este mês” [51]), sublinhando-se, por vezes, em contraste, as pequenas realizações económicas que, proporcionando algum desafogo momentâneo, faziam acreditar já na bondade dos rendimentos alfandegários já na perspectiva mais optimista de uma colónia, afinal, “viável”, pobre apenas na mobilização colonial e na enorme distância do governo central:

“Este mez que findou correu menos mal tanto com respeito ao estado sanitário como pecuniário. A população de Dilly é de 3.500 almas e em todo este mez houve poucos óbitos, a alfândega rendeu pouco mais ou menos 4.000\$000rs, o que não é mau. Se assim fosse sempre, era bem bom. Espera-se agora, n’este mez, outro vapor, ainda bem; já porque nos traz noticias, mas também porque anima o comércio. Estamos a 3.000 e tantas léguas de Lisboa! Esta distância é assustadora.” [62]

Recorde-se que a actividade económica colonial era em Timor Leste extremamente limitada e incipiente, desconhecendo-se qualquer investimento industrial e entregando o comércio urbano, muito longe dos bazares populares, a alguns negociantes chineses, vindos da Indonésia ou de Macau. Restava quase a produção do café que, à imitação de Java, havia sido introduzido por volta de 1815 pelo governador Pinto Alcoforado para, rapidamente, se tornar o mais importante rendimento económico de larga projecção social na criação de grupos locais de pequenos e médios “empresários” agrícolas.¹⁴ Infelizmente, o breve governo do Major Bento da França teve de enfrentar uma conjuntura depressiva na produção cafeeira, situação que o *Diário* aponta, anotando que

“Este anno o negócio do caffè está muito em baixo para infelicidade nossa, dizem-me que todos os annos por este tempo já aqui estavam alguns navios mas este anno, ainda nem um só cá appareceu.” [55]

Os problemas económicos e os défices financeiros tinham consequências penosas sobre a apertada “comunidade” colonial portuguesa, incluindo a família do governador. Ontem como hoje, apesar da pobreza económica e social de Timor Leste, a vida era cara, sendo difícil e dispendioso comprar mesmo os produtos mais correntes de uma economia doméstica suficiente:

“A vida aqui é muito cara, custa tudo um dinheirão. Aqui não se encontra nada, há a maior dificuldade em obter qualquer coisa pois é preciso mandar vir tudo de Macau ou dos outros portos mais próximos. E como aqui tocam pouquíssimos vapores, 1 por mês, leva-se 6 meses primeiro que se consiga ter o que se deseja. É triste. Agora espera-se um vapor extraordinário mas ainda não appareceu, já estou com medo que elle não ponha cá o pé.” [51-52]

Neste contexto de dificuldades dramáticas, estendendo-se das condições sanitárias a essas outras igualmente graves condições financeiras, o conforto social torna-se praticamente impossível, tanto pela limitada presença de quadros superiores quanto pela péssima qualidade dos soldados e outros agentes coloniais que, incluindo “Os officiais, salvo 2 ou 3, são muito pulhas em todos os sentidos. Assim é impossível ter-se Colónias” [53]. A estabilidade e o conforto sociais procuram-se quase exclusivamente no seio da família extensa e celebram-se nos espaços da religiosidade, mesmo quando as limitações financeiras da administração colonial penalizam a elevação da festa:

“Hontem foi o dia de Corpo de Deus, houve aqui grande festa, realmente uma festa bonita, muito decente. Em Lisbôa ninguém imaginaria que aqui houvesse uma festa tão boa. A Igreja é bonitinha e estava hontem muito bem arranjada, mesmo bonita. Os frontais dos altares são lindos, encarnados bordados a prata e o desenho representa espigas de trigo, parras e cachos d’uvas, lindamente bordados (estes frontaes pertencem aos missionários). Às 10 1/2 começou a missa de festa acompanhada a órgão pelo chefe da alfândega Lassi e cantada pelo Padre Medeiros (chefe da Missão) e seus pupillos; correu tudo admiravelmente. Houve um sermão muito bem pregado pelo padre Alves, homem muito intelligente e instruído, fallou muito bem. A Igreja estava quasi cheia de gente, todos os officiais e empregados públicos e gente do povo. Gostei immenso. À tarde houve procissão, só o páleo; acompanharam-na Tio Bento, Bento, todos os officiais, empregados públicos e as

forças militares. À sahida houve uma salva de 21 tiros; devia haver duas, mas não poudo ser por falta de pólvora.” [57]

DA CRÓNICA HISTÓRICA À HISTÓRIA DA FAMÍLIA

Esta colecção de temas e apontamentos trata de perspectivizar o *Diário* como um texto que se organiza entre a crónica histórica, que não é, e a história, quase o álbum, familiar que procura perpetuar. Apesar desta instabilidade, assinalada já nas descontinuidades da sua escrita, descobrem-se reflexões que informam apontamentos com interesse para uma crónica histórica, como os que recordam espaços e problemas da história da presença portuguesa no Sudeste Asiático, de Singapura a Malaca (“estava bastante gente, quasi todos malaquianos (de malaca) todos se dizem portugueses e concorrem com o que podem para os melhoramentos da nossa Igreja” [3]), de Java às Flores, ou os temas e acontecimentos que esclarecem as condições de complicado exercício da soberania na metade oriental da ilha de Timor. Algumas notas do *Diário* procuram até reflectir panoramicamente esta presença enquanto parte, menor e limitada, da ordem do colonialismo europeu: “Antes d’hontem fui ver um forte; não é coisa nenhuma extraordinária, é bem pequeno, mas está tudo na ordem, como tudo o que pertence aos ingleses. São os primeiros para estas coizas (collónias); onde eles poem o pé deixam signal”. Recensear toda esta constelação de dados, temas e reflexões justifica a publicação deste texto e a sua oferta enquanto também investigação. São, com efeito, muitas as pistas que interessa estudar nesta obra, como aquelas que recordam a própria aventura europeia da “descoberta” científica do Sudeste Asiático, como o fazia esse investigador importante, Henry Forbes, naturalista e etnógrafo renomado,¹⁵ companheiro de viagem e, depois, de correspondências de Maria Isabel Tamagnini:

“Um instante depois entraram Mr. e Mrs. Forbes. Vinham fazer as suas despedidas. São boas pessoas e eu gosto bastante d’ellas, mas confesso que quando os vi apparecer cahiu-me a alma aos pés. Elles não se queriam demorar porque, viam que todos nós estávamos nos ares, mas a mamã tanto lhes pediu que ficassem que elles não encontraram outro remédio senão ficar. O mais bonito é que todos se safaram e eu é que tive que fazer sala e a conversa; só não sabia o

que lhes havia de dizer, tinha a cabeça pelos ares. [...] Hontem tivemos noticias dos Forbes pelo piloto que trouxe aqui o “D. João”. Já estão em Timor “Laut”; ella mandou-me um d’estes bilhetes de boas festas e à Magdalena uns livros inglezes e umas poucas de músicas para cantar, com isto veio também uma carta muito amável.” [46-47 e 56]

Apesar do convívio com Henry Forbes e a sua esposa sublinhar mais a cordialidade da sociabilidade e menos a sua obra científica, apesar de sempre presente (“Tive um presente de Mr. Forbes, um

*Não é preciso frequentar
demoradamente este Diário
para se perceber que o Timor
colonial português se
encontrava muito afastado,
sem remissão, dos valores
sociais e culturais prezados
por Maria Isabel Tamagnini.*

pássaro lindo da Nova Guine, chama-se Pássaro do Paraíso. Está muito bem embalsamado” [43]), mas “etnograficamente” interrogada com essa satírica referência à sua “cobardia” em visitar as Flores (“Em Fevereiro atacaram o convento onde vivem os missionários e mataram 3 homens. O seu maior gosto é de cortar cabeças aos brancos; agora estão mais sossegados. Mr. Forbes tencionava visitar o interior da ilha, mas visto o exposto mudou de ideias” [42]), o *Diário* testemunha momentos fundacionais da história natural e da etnografia da Indonésia oriental. Isso mesmo se regista no deslumbrado apontamento que Maria Isabel Tamagnini dedica a um dos pioneiros da etnografia da Nova-Guiné, o cientista russo N. Maclay-Mikloucho,¹⁶ quase perdido “descobridor” da grande ilha “primitiva”, antes ainda da sua exploração alemã, a partir de 1884:

“Está aqui hospedado um naturalista bastante notável, Visconde de Maclay (russo), que tem viajado immenso. Já estive em Timor e como soube que nós vamos para lá, veio nos procurar para nos dar

LITERATURA

algumas informações. Há uns dias que está innanimado com bastante febre, hoje está melhor; o crescimento foi mais pequeno. Viveu uns poucos d'annos nos desertos da Nova Guiné. Na Europa ninguém sabia notícias d'elle, de sorte que o governo mandou sahir um navio expressamente para o procurar e que finalmente o encontrou n'aquellas paragens. Os indígenas não lhe faziam mal nenhum, antes pelo contrário gostaram muito d'elle tinham-no por um semi deus. Agora vae à Europa ver os parentes e depois volta outra vez para estes lados, diz que alli há muito frio, é um ratão.” [11]

Estas passagens do *Diário* colaboram mesmo no esclarecimento das condições de produção científica destes investigadores habituados a casar uma espécie de sociabilidade elitária, da viagem ao convívio, com uma actividade de pesquisa permanentemente ancorada à aventura da descoberta exótica depois vazada em obra literária de gosto memorial. Percebe-se mesmo que este tipo de prática científico-literária persegue a recreação de um auditório elevado e culto, precisamente aquele capaz de consumir a obra escrita ou a palestra falada:

“Hoje já cá estive o Visconde Maclay; falla pelos cotovellos, entrettem immenso pois tem sempre muitas histórias interessantes para contar. Coittado, está mesmo abattido; as febres que apanhou nos desertos não o deixam. Hontem ainda teve um grande crescimento.” [14]

O interesse destas variadas informações e apontamentos é importante, estendendo-se do testemunho cronológico à anotação factual, permitindo recuperar actividades, acontecimentos e personalidades. Trata mesmo de as colocar no seu tempo, humanizando tanto a obra científica pioneira como os esforços dramáticos das administrações coloniais europeias nos

espaços insulares mais longínquos do arquipélago malaio-indonésio. Nada disto obsta, porém, que se deva reconhecer ser o *Diário* principalmente um texto que interessa à história da família e à história de uma família concreta invadida nos seus problemas, gostos, aspirações e actividades. A escrita do *Diário* depende estreitamente desta história familiar e das suas vicissitudes, mesmo aquelas mais dramáticas, obrigando o texto, depois de uma longa desistência, a reabrir-se para registar em Díli, a 6 de Janeiro de 1883, Dia de Reis:

“Há quanto tempo aquí não escrevo! De então para cá quantas apoquentações temos sofrido! Até Novembro não tivemos desgostos, mas depois que afflicção; a nossa querida Maria Anna, coitadinha, tão engraçada, boazinha e tão querida para todos nós, deixou-nos no dia 8 desse mez, após prolongado e doloroso sofrimento, vítima d'uma anemia palustre, proveniente das febres. Tivemos um desgosto enorme e conservamos verdadeira saudade. Sei que é feliz, que está no Céu, mas muito nos custou a sua morte.” [62-63]

Registo sobretudo familiar de uma família que, entre 1882 e 1883, se viu arrastada, entre esperança e exílio, a viver no Timor colonial português, este *Diário de uma Viagem a Timor* apresenta-se como um testemunho cultural de rara importância para a compreensão da oceânica distância entre o fascínio oriental cultivado nos meios elitários portugueses das décadas finais do século XIX e a dura realidade de um mundo colonial que, como o timorense, vazava em exílio o orientalismo que se frequentava divertidamente nas leituras ou nos salões europeus. **RC**

N. do E. - Todas as fotos foram retiradas do próprio livro.

NOTAS

- 1 A melhor bibliografia geral de Timor Leste é, apesar da “desatualização”, o pormenorizado trabalho de Kevin Sherloch, *A Bibliography of Timor*, Canberra, Australian National University, 1980.
- 2 Um bom estudo sobre as guerras de colonização portuguesa em Timor Leste encontra-se no volumoso trabalho de R. Pélissier, *Timor en guerre: le crocodile et les Portugais (1847-1913)*, Orgeval, Ed. Pélissier, 1996.
- 3 A minuciosa reconstrução da história pessoal e familiar de Maria Isabel Tamagnini pode frequentar-se em António Pinto da França, “Introdução”, in Maria Isabel Tamagnini, *Diário de uma Viagem a Timor (1882-1883)*, Lisboa, CEPESA, 2002., pp. XXV-XLIX.
- 4 Em 1882, quando é nomeado oficialmente governador de Timor, o Major Bento da França reunia já uma actividade colonial militar impressiva em que se incluíam missões em Moçambique, Cabo Verde, Angola e Índia, para além de trabalho político no Ministério do Exército com ligações aos territórios ultramarinos.
- 5 Maria Isabel Tamagnini, *Diário ...*, p. 66. Para obviar a frequência de uma extensa colecção de notas, passaremos a referenciar apenas a(s) página(s) do texto citado entre parêntesis rectos [] com base nesta edição.
- 6 António Pinto da França, “Introdução”, in Tamagnini, *Diário ...*, pp. XXV-XLIX.
- 7 Bento da França, *Macau e os seus habitantes: Relações com Timor*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897. Não é este o espaço apropriado para se estudar esta obra importante e investigar os pontos de contacto que, dos temas às perspectivas políticas e morais, partilha com o *Diário* da sua irmã. De qualquer forma, existem comunicações relevantes entre os dois textos, podendo remeter para um mesmo conjunto de fontes familiares e sociais que teria interesse reconstruir na sua ligação aos esforços de administração colonial portuguesa dos territórios orientais.
- 8 O tema, entre ideologia e realidade, de um Portugal “mais pequeno” e “mais pobre” que se impõe, para ficar, a partir da década de 1880 pode acompanhar-se com vantagens no volume de Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. VI, especialmente pp. 29-39.
- 9 Veja-se, a este propósito, o trabalho ainda hoje fundamental de António Pinto da França, *Portuguese Influence in Indonesia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975 (recentemente traduzido em bahasa indonésio e publicado em Jacarta).
- 10 Tryono Bramantyo, *Portuguese Elements in Eastern Indonesia's Folk Tunes*, in Ivo Carneiro de Sousa e R. Z. Leirissa, *Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship*, Lisboa, CEPESA, 2001, pp. 85-95.
- 11 Afonso Castro, *As Possessões Portuguezas na Oceania*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867; Maria Johanna Schouten, “Apart and together: the Portuguese and the Dutch as neighbours in and around Timor in the nineteenth century”, in Ivo Carneiro de Sousa e R. Z. Leirissa, *Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship*, pp. 201-212.
- 12 Acerca das características antropológicas e sociológicas fundamentais do poder colonial português em Timor Leste, veja-se o que escrevemos recentemente em “The Portuguese Colonization and the Problem of East Timorese Nationalism”, in *Lusotopie*, 2001, pp. 183-194.
- 13 Leia-se, a este propósito, a bem conseguida síntese de Joel Serrão, “Republicanism”, in *Dicionário de História de Portugal*, V, Lisboa, 1975, p. 285-294.
- 14 W. G. Clarence-Smith, “Fazendeiros e pequenos proprietários no território português de Timor no século XIX e XX”, in *Encontros*, 3 (1998), pp. 41-50.
- 15 A sua obra mais conhecida e importante é o volumoso estudo *A Naturalist's wanderings in the Eastern Archipelago: A Narrative of Travel and Exploration from 1878 to 1883*, New York, Harper & Brothers, 1885. A sua investigação dedicou também alguns artigos à ilha de Timor, como é o caso de “On some of the tribes of the island of Timor”, in *Journal of the Anthropological Institute*, London, 13 (1883), pp. 402-430. Sublinhe-se em qualquer destes trabalhos que é precisamente a data de 1883, quando se escreve parte do *Diário*, que assiste à edição pública destes estudos.
- 16 N. Mikloucho-Maclay, *New Guinea Diaries, 1871-1883*, Madang, Kristen Press, 1975.